

terreno marinha



Claudney Pessoa



Gildo Loyola

Validade

Moradores de terrenos de marinha serão notificados pela Procuradoria da Fazenda Nacional, que recebeu ontem os processos da Secretaria do Patrimônio da União; referências são do ano de 1831

Proposta

Luiz Paulo encaminhou documento pedindo fim da cobrança a José Dirceu

# SPU cobra dívida de terreno de marinha

Débitos registrados nos últimos 20 anos serão alvo de procuradoria

WALTER CONDE

A Secretaria do Patrimônio da União (SPU) iniciou ontem um processo de cobrança mais rigorosa contra os inadimplentes de terrenos de marinha, que possuem débitos registrados nos últimos 20 anos. O gerente regional da SPU, Paulo Ricardo Torres Meinicke, encaminhou para a

Procuradoria da Fazenda Nacional uma lista com 1.386 devedores, cujos débitos totalizam R\$ 24,17 milhões.

Meinicke disse que a relação inicial era composta por 9,3 mil pessoas, entre físicas e jurídicas. As dívidas acumuladas por esse primeiro grupo, em duas décadas, era de R\$ 44,8 milhões, mas a SPU conseguiu efetuar a maior parte das cobranças. O responsável pela SPU no Espírito Santo comemorou ontem o de ter cobrado 53,95% da dívida (R\$ 20,63 milhões).

Ele disse que agora a responsabilidade da cobrança passa a ser da Procuradoria da Fazenda Nacional. Serão

os procuradores que irão tomar as medidas mais rigorosas, visando a recuperar as taxas de terreno de marinha que não foram pagas nos últimos anos.

Segundo Meinicke, os procuradores vão fazer uma nova cobrança junto aos 1.386 devedores. Caso eles não obtenham sucesso, os representantes da Procuradoria da Fazenda Nacional vão pedir a inclusão desses contribuintes no cadastro de dívida ativa da União.

## Cobrança para 2003

Para este ano as taxas vão chegar com um aumento médio de 50%. O cadastro

da SPU no Espírito Santo conta com uma listagem de 35 mil contribuintes. Todos são proprietários de imóveis residenciais, comerciais ou industriais localizados em áreas que o Governo federal ainda vê como sendo de marinha.

O cadastro considera a linha da preamar média de 1831, não reconhecendo os aterros oficiais feitos pelo Governo do Estado ou municípios. Por morarem em "terrenos de marinha", os 35 mil donos dos imóveis serão obrigados a pagar neste ano, conjuntamente, R\$ 12 milhões. Esta é a receita que a SPU tem no Espírito Santo, segundo Meinicke.

Os mesmos proprietários ainda pagaram, no início do ano, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), cuja alíquota incidiu sobre os mesmos bens imóveis.

O dirigente regional da

# Governo analisa pedido de prefeitos

O Governo federal já está analisando propostas de extinção das taxas de marinha, que foram formuladas pelo prefeito de Vitória, Luiz Paulo Vellozo Lucas, na condição de coordenador-geral da Frente Nacional de Prefeitos (FNP). A sugestão, incluída na chamada Agenda das Cidades, foi entregue recentemente por Luiz Paulo ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.

"Não tem cabimento algum a União administrar as terras do Brasil, que foram urbanizadas, cobrando aforamento numa legislação que remonta ao tempo do Império. A União, historicamente, não teve capacidade de realizar políticas de uso e ocupação das terras e essa deficiência gerou um processo de ocupação desordenada", sustentou Luiz Paulo, no documento entregue a José Dirceu.

## 'Terrenos fora da lei'

O prefeito de Vitória ainda argumentou que, "neste contexto, encontra-se um comércio imobiliário que não tem



## Agenda

Confira algumas propostas encaminhadas pelo prefeito Luiz Paulo para o ministro da Casa Civil, José Dirceu, sobre terrenos de marinha

- 1 A União deixa de tomar conta das praias
- 2 O Governo federal deixa de ser "o maior especulador imobiliário urbano do Brasil", promovendo o fim do foreiro, do aforamento e do laudêmio
- 3 Transferir a responsabilidade de emissão do certificado de propriedade para os municípios
- 4 Promover uma ampla revisão do controle de terras urbanas, dando às Prefeituras a legitimidade para gerir os interesses da Federação no que diz respeito às terras urbanas

Frente Nacional de Prefeitos



## Débitos registrados nos últimos 20 anos serão alvo de procuradoria

WALTER CONDE

A Secretaria do Patrimônio da União (SPU) iniciou ontem um processo de cobrança mais rigorosa contra os inadimplentes de terrenos de marinha, que possuem débitos registrados nos últimos 20 anos. O gerente regional da SPU, Paulo Ricardo Torres Meinicke, encaminhou para a

Procuradoria da Fazenda Nacional uma lista com 1.386 devedores, cujos débitos totalizam R\$ 24,17 milhões.

Meinicke disse que a relação inicial era composta por 9,3 mil pessoas, entre físicas e jurídicas. As dívidas acumuladas por esse primeiro grupo, em duas décadas, era de R\$ 44,8 milhões, mas a SPU conseguiu efetuar a maior parte das cobranças. O responsável pela SPU no Espírito Santo comemorou ontem o de ter cobrado 53,95% da dívida (R\$ 20,63 milhões).

Ele disse que agora a responsabilidade da cobrança passa a ser da Procuradoria da Fazenda Nacional. Serão

os procuradores que irão tomar as medidas mais rigorosas, visando a recuperar as taxas de terreno de marinha que não foram pagas nos últimos anos.

Segundo Meinicke, os procuradores vão fazer uma nova cobrança junto aos 1.386 devedores. Caso eles não obtenham sucesso, os representantes da Procuradoria da Fazenda Nacional vão pedir a inclusão desses contribuintes no cadastro de dívida ativa da União.

### Cobrança para 2003

Para este ano as taxas vão chegar com um aumento médio de 50%. O cadastro

da SPU no Espírito Santo conta com uma listagem de 35 mil contribuintes. Todos são proprietários de imóveis residenciais, comerciais ou industriais localizados em áreas que o Governo federal ainda vê como sendo de marinha.

O cadastro considera a linha da preamar média de 1831, não reconhecendo os aterros oficiais feitos pelo Governo do Estado ou municípios. Por morarem em "terrenos de marinha", os 35 mil donos dos imóveis serão obrigados a pagar neste ano, conjuntamente, R\$ 12 milhões. Esta é a receita que a SPU tem no Espírito Santo, segundo Meinicke.

Os mesmos proprietários ainda pagaram, no início do ano, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), cuja alíquota incidiu sobre os mesmos bens imóveis.

O dirigente regional da SPU informou que o Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) já foi enviado pela administração central do órgão, em Brasília. A entrega vem sendo feita, avisou. O próximo dia 30 é a data final para o recolhimento.

O contribuinte terá opção de pagar as taxas em cota única ou parcelar em sete vezes. Nesse caso, cada cota não poderá ser inferior a R\$ 50,00. As principais taxas de marinha são: laudêmio (5%) e taxa de ocupação (2%).

prefeito de Vitória, Luiz Paulo Vellozo Lucas, na condição de coordenador-geral da Frente Nacional de Prefeitos (FNP). A sugestão, incluída na chamada Agenda das Cidades, foi entregue recentemente por Luiz Paulo ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.

"Não tem cabimento algum a União administrar as terras do Brasil, que foram urbanizadas, cobrando aforamento numa legislação que remonta ao tempo do Império. A União, historicamente, não teve capacidade de realizar políticas de uso e ocupação das terras e essa deficiência gerou um processo de ocupação desordenada", sustentou Luiz Paulo, no documento entregue a José Dirceu.

### 'Terrenos fora da lei'

O prefeito de Vitória ainda argumentou que, "neste contexto, encontra-se um comércio de 'terrenos fora da lei', sem escritura e com contratos de gaveta". Logo em seguida, o prefeito critica "uma estrutura em que o Patrimônio da União é a autoridade fundiária e o município, responsável pela coleta de lixo, limpeza pública, iluminação e ordenamento urbano".

No mesmo documento, o prefeito, que deixou a Coordenação da FNP na terça-feira, disse que a manutenção da legislação da SPU provo-



propostas encaminhadas pelo prefeito Luiz Paulo para o ministro da Casa Civil, José Dirceu, sobre terrenos de marinha

1 A União deixa de tomar conta das praias

2 O Governo federal deixa de ser "o maior especulador imobiliário urbano do Brasil", promovendo o fim do foreiro, do aforamento e do laudêmio

3 Transferir a responsabilidade de emissão do certificado de propriedade para os municípios

4 Promover uma ampla revisão do controle de terras urbanas, dando às Prefeituras a legitimidade para gerir os interesses da Federação no que diz respeito às terras urbanas

5 Essas propostas podem ser transformadas em um grande plano nacional, coordenado pelo Ministério das Cidades

Fonte: Agência das Cidades, da Frente Nacional de Prefeitos

A Gazeta/Ed. de Arte

ca uma situação "estranha": "Na verdade, a União hoje é o maior especulador imobiliário urbano do Brasil. Não paga IPTU, não paga taxa de limpeza e não dá uma destinação a essas terras, de acordo com um Plano Diretor Urbano e com o Estatutos das Cidades".

### Receptividade

O documento, com um alerta ao Governo federal sobre o sistema "arcaico" de administração de terras públicas, agradou ao ministro-chefe da Casa Civil, segundo Luiz Paulo. O ministro determinou à sua assessoria que encaminhasse o assunto para o recém criado Comitê de Articulação Federal.

A secretária municipal de Habitação de Vitória, Sandra Berredo, foi indicada para coordenar um grupo de trabalho, dentro desse Comitê, que analisa os terrenos de marinha. Sandra Berredo informou ontem que o fim das cobranças, com uma reformulação na legislação, já está sendo debatido no Ministério das Cidades.